

Estado da publicação: Não informado pelo autor submissor

Mitos, categorias e cristais: Revisitando os clássicos do movimento homossexual brasileiro

Rita C. Colaço-Rodrigues

<https://doi.org/10.1590/SciELOPreprints.4540>

Submetido em: 2022-08-03

Postado em: 2022-08-08 (versão 1)

(AAAA-MM-DD)

Mitos, categorias e cristais – revisitando os clássicos do movimento homossexual brasileiro

Myths, categories, and crystals – revisiting the classics on the brazilian homosexual movement

Rita de Cassia Colaço-Rodrigues

Museu Bajubá, Rio de Janeiro, RJ, Brasil. rita.colaco.br@gmail.com.

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-2784-3342>

Resumo

Este artigo revisita a literatura clássica sobre o movimento homossexual brasileiro (MHB). Busca demonstrar como se deu a divulgação e a incorporação do mito fundador e da noção de que a imprensa artesanal anterior ao jornal *Lampião da Esquina*, à exceção de *Snob* e *Gente Gay*, apenas conteria paródias e fofocas. Também discute as dificuldades inerentes à categoria de movimento social. Endereçado a movimentos sociais marcados por dinâmicas de desqualificação – como é o caso das pessoas LGBTI+, negros, povos originários, mulheres e prostitutas –, o artigo propõe uma metodologia que, ademais de processual, contemple o desafio consistente na superação a introjeção da identidade deteriorada. Apoia-se em Maria da Glória Gohn, E. P. Thompson, Peter Burke, Howard Becker, Pierre Bourdieu e Michel de Certeau.

Palavras-chave: Movimento Homossexual Brasileiro, paradigmas teóricos, subjetividades.

Abstract

This revisits the classic literature on the brazilian homosexual movement (BHM). It endeavors to demonstrate how the notion of a foundation myth was spread and incorporated, along with the belief that all artisanal press of the movement, previous to *Lampião da Esquina* and with the exceptions of *Snob* and *Gente Gay*, contained only gossip and parodies. It also discusses the difficulties inherent to social movements, focusing specifically on those gathering disenfranchised groups, such as LGBTI+, Blacks, indigenous communities, women, and prostitutes. The paper suggests a procedural methodology that contemplates the challenge of overcoming the introjection of a disenfranchised identity. Its theoretical approach is based on Maria da Glória Gohn, E. P. Thompson, Peter Burke, Howard Becker, and Michel de Certeau.

Keywords: Brazilian Homosexual Movement, theoretical paradigms, subjectivities.

Introdução

A narrativa sobre o movimento homossexual brasileiro pautada na ideia do evento fundador conquistou tamanha receptividade na bibliografia acadêmica do país¹ que inibiu o

¹O mesmo ocorreu internacionalmente com a revolta de Stonewall (em Nova York, em 1969), tida por muitos como deflagradora do movimento no mundo, invisibilizando-se o que invisibilizou todo o

debate e o avanço das pesquisas. Cristalizou-se também a falsa noção de que a historiografia sobre o tema estaria concluída, o que não é verdade. Na “geração *Lampião da Esquina*”, vários são os grupos de ativismo que estão por ser pesquisados², com suas dinâmicas, conflitos e ações. Sobre a geração anterior, principalmente a produção de nossa imprensa gay artesanal, que não foi examinada³, incorre-se numa percepção reducionista, desqualificadora, que a vê como algo “menor”, mera expressão de paródias e fofocas, típicas da *bichice* – diferentemente de quando se analisam ações semelhantes produzidas no exterior. Por outro lado, a quase totalidade das pesquisas não é oriunda do campo da História e nenhuma teve a constituição do MHB como seu objeto principal. A interpretação que se cristalizou foi produzida no interior de pesquisas que tiveram outros objetos. Temos: uma pesquisa em História para demonstrar a existência de sociabilidade homossexual urbana no Rio e em São Paulo em fins do século XX; estudos etnográficos produzidos nas ciências sociais sobre o grupo Somos/SP e sobre o grupo Corsa e as organizações não governamentais (ongs) ativistas da década de 1990; e, na área de desenho industrial, sobre a imprensa gay estadunidense. Seus autores, muitos deles ativistas no próprio grupo estabelecido como fundador, se descuidaram tanto do aspecto processual quanto do distanciamento desejável (a objetivação participante, nos termos de Bourdieu), deixando de proceder à “ruptura das aderências e das adesões mais profundas e mais inconscientes” e de manter sob controle suas próprias projeções a respeito do evento, capturados pela tendência a utilizar as estratégias do campo acadêmico para fazer valer sua visão nativa (Bourdieu, 2001, pp. 51-8). Essas interpretações terminaram recebidas sem questionamento e/ou pesquisa, mesmo por historiadores (eu incluída, até o doutoramento). Mas, como a história é sempre provisória, essa visão já começa a ser questionada, a partir de outros olhares e interrogações (por ex., Ferreira, 2019).

Ainda no meu doutoramento, há dez anos, constatei esse padrão de análise. Ali, porém, não dispunha das condições materiais que me permitissem a ampliação da pesquisa e, conseqüentemente, melhor reflexão. Se avancei ao reconhecer as ações anteriores,

ativismo que remonta à segunda metade do século XIX, ainda durante a Confederação da Alemanha do Norte (*Nordeutscher Bund*).

²À guisa de exemplo: Adé Dudu SP, Adé Dudu BA, Somos e Auê RJ, Associação de Gays de Belém (PA), Beijo Livre Brasília, Grupo de Ação Homossexualista (SP), Grupo de Atuação Homossexual – Gatho (PE), GGB... Até 1983 foram listados 25 grupos. Entre eles, três no Pará; um no DF, um em MG, um na PB; e três em PE. Colaço, 1984, p. 64.

³São examinados somente o *Gente Gay* e o *Snob*, com afirmações generalistas sobre os demais boletins que, entretanto, não foram estudados. Tais afirmações são repetidas mecanicamente nos trabalhos posteriores. Examinado este aspecto no artigo inédito *Mitos, problemas e sinais: a imprensa gay, a provisoriedade da história e o ativismo antes de 1978*.

classifiquei-as, porém, equivocadamente, como *protoativismo*. Embora tenha chamado atenção para o aspecto processual e com ele trabalhado, destacando, com apoio em Michel de Certeau (1995) e Pierre Bourdieu (2001; 2007), algumas fases e desafios implicados no processo de constituição de movimentos sociais (Rodrigues, 2012). Neste artigo, busco não apenas corrigir meu erro de interpretação de há dez anos, como apresentar de maneira mais acurada a metodologia com que trabalhei na tese de doutoramento.

Uma das dificuldades no exame do processo de constituição do MHB, em minha percepção, decorre das instabilidades no próprio conceito de movimento social – categoria envolta em teorias e paradigmas variados, instada a dar conta de ações e processos políticos os mais díspares, envolvendo diversidade de atores, contextos, situações socioculturais, desafios, nos mais distintos tempos e realidades sociopolíticas (Doimo, 1995, pp. 39-51; Gohn, 2008, p. 242). Embora a maioria dos que escreveram sobre o MHB não explicita com qual noção de movimento social está trabalhando (eu incluída, na tese), é possível inferir que partem todos do pressuposto de apenas considerar as ações vitoriosas, como se o processo de construção da mudança se desenrolasse numa dinâmica retilínea (Becker, 2007; Burke, 2002). No que respeita às diversas definições propostas pelas Ciências Sociais, observa-se o subdimensionamento e/ou desconsideração da tarefa histórica implicada, na construção da consciência política, da identidade coletiva, da força social como no repertório de ações, mormente em se tratando de atores durante séculos envolvidos em insidiosas dinâmicas de estigmatização, assentadas em noções religiosas, morais, jurídicas e médicas. Tarefa que só se realiza no transcurso de certo tempo, exigindo, para o seu entendimento, o exame desse processo, isto é, das dinâmicas em operação, nas quais se deve atentar aos aspectos subjetivos – como nos ensinam E. P. Thompson em *A formação da classe operária inglesa* (2020), Michel de Certeau em *A toma da palavra* (1995) e Maria da Glória Gohn em *Teoria dos movimentos sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos* (2008 [1997], pp. 249-0).

Antes, porém, de discutir as interpretações produzidas por esses clássicos, preciso demarcar dois aspectos. O primeiro é que não pretendo realimentar antigas tensões entre campos do conhecimento (Burke, 2002, pp. 12-4; Reis, 2010, pp. 24-5). O segundo é que, ao abordar o que entendo como dificuldades e imprecisões, não pretendo minimizar a importância desses estudos pioneiros ou dos eventos consagrados como *fundadores*; todos foram e são importantes, pois contribuíram para a compreensão dos fatos. Eu mesma

construí minha consciência e identidade políticas por meio desses eventos, que, reconheço, conduziram a um outro patamar o movimento homossexual no país. Talvez o fato de ter feito parte de um grupo de efêmera duração (Rodrigues, 2018, pp. 177-92) e ser oriunda de região e classe marginalizadas, tenha me facilitado o distanciamento (Bourdieu, 2001; 2005; Thiry-Cherques, 2006).

Me move, por um lado, a preocupação em ressaltar os desafios intrínsecos ao processo de constituição de um movimento político formado por atores tradicionalmente marcados por processos de desqualificação e em problematizar as análises das ações coletivas na lógica produtivista e utilitarista, nos marcos do capitalismo, que reconhece apenas as ações “vitoriosas”, relegando ao limbo da desvalorização e do esquecimento “os becos sem saída, as causas perdidas e os próprios perdedores” (Thompson, 2020, p. 14). Por outro lado, o compromisso de não silenciar diante de invisibilizações e desqualificações, ainda que inconscientes, involuntárias ou “bem-intencionadas”; de retirar aqueles ativistas e suas ações pioneiras, tanto as impedidas pelos aparelhos de repressão estatal quanto as que se tornaram efêmeras por força da profundidade mesma da introjeção da desqualificação, “dos imensos ares superiores de condescendência da posteridade” (Thompson, 2020, p. 14); e de demonstrar a sua contribuição consciente para o processo histórico. Em síntese, honrar a dívida para com os mortos, livrando-os do esquecimento, como propõe Michel de Certeau em *A operação historiográfica* (2017, *passim*).

Agruras de uma categoria analítica

Ao discutir teorias e paradigmas dos movimentos sociais em livro clássico de 1997, a socióloga Maria da Glória Gohn demonstra a heterogeneidade de definições teóricas existentes (Gohn, 2008 [1997], pp. 23-240; 242-4). E aponta a permanência, naquele momento, de cinco grandes lacunas ou problemas na produção acadêmica sobre o conceito, “embora tenham estado presentes na literatura e alimentado grande parte do debate a seu respeito” (Gohn, 2008, p. 11). Citarei três: O próprio conceito de “movimento social” – o que efetivamente seria um movimento social; o que os tornaria “novos”; quais os elementos distintivos em relação a outras ações coletivas ou associações civis, como as ONGs.

Após negar reconhecimento, “*a priori*, de uma definição ou conceituação geral, única e universal”, Gohn esboça a sua própria compreensão, chamando atenção para as subjetividades e o processo histórico. Ela destaca como primeira característica a ser observada o fato de os movimentos sociais se referirem “à ação dos homens na história”;

ação que implica “um fazer – por meio de um conjunto de procedimentos – e um pensar – por meio de um conjunto de ideias que motiva e dá fundamento à ação” (Gohn, 2008, p. 247). Em que pese colocar o pensar após o fazer, mais adiante ela destaca as “dimensões subjetivas da ação social” nos chamados “novos movimentos sociais” e destaca a contribuição de três textos de quatro autores (Moore Jr, Castoriadis & Benedict e Thompson) “para a fundamentação da categoria dos movimentos, ao chamarem a atenção para essa dimensão subjetiva, construída ao longo de um processo histórico de luta no qual a experiência grupal de compartilhamento de valores socialmente comuns é um fator fundamental” (Gohn, p. 249). Em seguida, a autora registra que as “necessidades” precisam se converter em “demandas”, que “poderão se transformar em reivindicações, por meio de uma ação coletiva”, e esclarece: “O conjunto deste processo é parte constitutiva da formação de um movimento social. O que une as carências até a sua formulação em reivindicações são ações concretas dos homens.” (Gohn, p. 250). No entanto, ao formular o seu conceito, deixa de mencionar o aspecto subjetivo e termina por referir superficialmente o processo histórico envolvido:

Movimentos sociais são ações sociopolíticas construídas por atores sociais coletivos (...), articuladas em certos cenários (...), criando um campo político de força social (...). As ações se estruturam a partir de repertórios criados sobre temas e problemas em conflitos (...). As ações desenvolvem um processo social e político-cultural que cria uma identidade coletiva para o movimento, a partir dos interesses em comum (...). Essa identidade é amalgamada pela força do princípio da solidariedade e construída a partir da base referencial. (Gohn, 2008, pp. 251-2)

E ao apresentar a sua proposta metodológica, embora faça frequentes referências ao processo histórico que envolve a sua constituição, deixa de considerar o desafio adicional implicado quando se tratam de atores marcados por intensos processos de desqualificação, como é o caso de LGBTI+, mulheres, negros e povos originários.

Ali Gohn referencia dois ângulos sob os quais os movimentos sociais devem ser considerados: internamente, a construção e organização do repertório de demandas, a organização das estratégias de ação, isto é, os repertórios de ações coletivas que geram ideologia, projeto, organização e prática; e, externamente, o contexto do cenário sociopolítico e cultural, os oponentes, as articulações e redes. Refere as lutas que são travadas no plano simbólico e dos valores (etnias, nacionalidade, religião, geração, gênero etc.) e esclarece que os repertórios são construídos, frutos da ação coletiva. Esclarece que a

“força social”, “é obtida a partir da análise do cenário do processo político mais amplo em que o movimento se desenrola”. E que, “nas Ciências Sociais”, [a “força social”] só será útil se for historicizada e politizada” (Gohn, 2008, p. 258). No tópico “ideologia”, esclarece que ela “é captada por meio da análise dos discursos e mensagens dos líderes e de toda a produção material e simbólica dos movimentos”, mencionando que “muitos movimentos lutam (...) pela criação ou alteração de significados culturais”, como o “movimento negro, das mulheres, dos homossexuais etc.” Mas sem referir a tarefa adicional exigida desses atores na construção da consciência coletiva, do discurso político, da agenda de demandas e/ou do repertório de ações, vez que têm que se haver, primeiro, com a superação da identidade deteriorada (Goffman, 1988).

Em seguida, Gohn aborda a “cultura política” do movimento, destacando a sua construção “ao longo da trajetória” (2008, p. 259). E, mais uma vez, cita Thompson, mencionando a sua contribuição, entre outras, para o fato de que a cultura política do movimento resulta de “processo político e cultural”. Ao tratar das “práticas”, menciona que as “não-organizadas” decorrem de movimentos “mais radicais” ou dos que estão “em fase embrionária de organização” (Gohn, 2008, p. 259). Vale destacar que ela considera, apropriadamente, como movimento social mesmo aqueles “em fase embrionária de organização”.

Ao tratar das “fases de um movimento social”, parece-me fugidio o cuidado que Gohn dedica ao processo histórico, em sequência demasiado esquemática. Como se, no desenrolar das ações, a vida seguisse linear, sequencial, progressiva. A autora elenca, como a fase número um, uma obscura “situação de carência ou ideias e conjunto de metas e valores a se atingir”; a número dois já trata da “formulação das demandas por um pequeno número de pessoas” (p. 266). Ao fixar as categorias de movimentos, inclui na segunda fase os grupos que se originaram “a partir das características da natureza humana: sexo, idade, raça e cor” (Gohn, 2008, p. 269). Sem contudo referir ao desafio adicional da superação da estigmatização para a constituição da consciência política e da identidade coletiva. Mais adiante, reconhece que os analistas brasileiros, ela incluída, se descuidaram de buscar a especificidade nacional, explicando nossa realidade a partir de categorias e contextos alienígenas, com o que incorreram em equívocos, como na leitura da participação das mulheres (Gohn, 2008, pp. 292-3).

Quando trata das contribuições de Thompson, reconhece como “brilhante” a pesquisa do historiador inglês, pois abordou “aspectos poucos estudados até então” (Gohn, 2008, p. 203), como o uso central que faz da categoria “experiência”, oriunda do materialismo histórico (abarcando nela todo o universo cultural – ideias, sentimentos, valores, consciência, crenças, costumes etc.) e a demonstração de que a consciência, a identidade e os mecanismos de resistência são constituídos na luta, isto é, de forma relacional e em processo. Mas a definição proposta pela socióloga brasileira não me parece considerar adequadamente esses aspectos (Gohn, 2008, pp. 204-5).

Essa mesma dificuldade apresentada pela categoria movimento social, tanto nos aspectos apontados por e em Gohn, quanto por meio da pouca relevância atribuída por sua proposta de definição no caso de atores que são alvo de processos de desqualificação, também pode ser encontrada nas hesitações presentes em clássicas interpretações sobre o movimento homossexual brasileiro. Nessas análises, ora são reconhecidas algumas das ações políticas dos atores da geração anterior ao Somos/SP e ao *Lampião da Esquina*, ora são desqualificadas ou minimizadas; em todas, porém, prevalece a perspectiva do mito fundador. Embora não explicitem com qual definição de movimento social estão trabalhando, pode-se constatar, nas interpretações apresentadas, as marcas da lógica produtivista/utilitarista, oriunda do capitalismo, ao apenas reconhecerem as ações “que tiveram sucesso, não [a]s que fracassaram” – visão já criticada por Howard Becker em *Segredos e truques de pesquisa* (2007, p. 14), onde “os becos sem saída, as causas perdidas e os próprios perdedores são esquecidos”, conforme problematizado por Thompson em *A formação da classe operária inglesa* (2020).

Da análise que apresentam, demonstram entender que somente quando os repertórios de ação estão constituídos e em operação é que se pode chamar as ações políticas de movimento social, descurando de todo o processo e em rota de colisão com o proposto por Gohn, que expressamente reconhece que tanto a “força social” quanto o “repertório de ações” são constituídos e que esse processo de construção também integra o movimento social. E não se detêm a considerar a tarefa histórica implicada para tais atores se constituírem como legítimos demandantes na esfera pública, em relação ao Estado e à sociedade. Terminam por construir uma leitura semelhante ao modelo de mudança social apresentado pelo sociólogo inglês Herbert Spencer, que, segundo Burke, “faz poucas referências à mecânica da mudança”, o que engendra “a falsa premissa de unilinearidade,

dando ao processo de mudança a aparência de uma sequência de estágios sem nenhum atropelo e praticamente automática, como se tudo o que uma sociedade tivesse a fazer fosse subir em uma escada rolante” (2002, p. 194).

A seguir demonstrarei, nos trabalhos que exerceram influência determinante sobre o campo dos estudos sobre o MHB, estabelecendo e reiterando o mito fundador, a perspectiva produtivista/utilitarista subjacente e a pouca atenção dedicada ao processo histórico e ao desafio da superação da identidade deteriorada.

Fry & MacRae

Em 1983, o antropólogo Peter Fry e o psicólogo Edward MacRae, com mestrado em sociologia da América Latina e então doutorando em antropologia, publicaram *O que é homossexualidade*, para a coleção Primeiros Passos, da Editora Brasiliense⁴. Nas páginas 22 e 24 os autores estabelecem os marcos fundacionais do movimento homossexual brasileiro, que passaram a ser repetidos nos trabalhos acadêmicos seguintes: “Este ano de 1978 também viu o (...) surgimento dos primeiros núcleos do movimento homossexual no Brasil. Logo após o surgimento do jornal *Lampião*, um grupo de artistas, intelectuais e profissionais liberais (...), começou a se reunir semanalmente em São Paulo”; “A peculiaridade dos primeiros grupos do movimento homossexual...”. Apontam o início do processo de mudança na década de 1960, com o surgimento da identidade “entendida”, que, segundo os autores, teria “reformulado” a estruturação das práticas dos homossexuais de ambos os sexos (Fry & MacRae, 1983, pp. 22-4, sublinhei). MacRae realizava sua investigação etnográfica sobre o Somos; Fry pesquisara a estruturação das práticas sexuais entre homens, registrando o surgimento do modelo igualitário, expresso na identidade do entendido, localizado por Carmem Dora Guimarães⁵ (Fry, 1982, pp. 87-115). Não houve pesquisa com o fim de investigar a constituição histórica da consciência política que fez surgir não apenas os militantes do Somos/SP e dos demais grupos, mas também dos leitores do *Lampião da Esquina*.

⁴Agradeço a Thiago Soliva por me recordar a importância dessa publicação para a formação do campo.

⁵Fry, em 1982, registra que as ações de Ulrichs e Hirschfeld eram tidas como “os primórdios dos movimentos de liberação homossexual de nossos dias”, mas em relação aos EUA, diz que “a instituição dos movimentos de libertação homossexual nos Estados Unidos e na Europa [se deu] no final de 1960”. E em relação ao Brasil, fala de movimentos, no plural, e na página 110, no singular. Na 108 se posiciona contrário à ideia difusionista. E reconhece que “grande parte das atividades desses movimentos [no Brasil] concentrou-se em discussões internas sobre a ‘identidade homossexual’ nos chamados ‘grupos de identificação’”, isto é, no enfrentamento da estigmatização introjetada (1982, pp. 104-6;108; 110).

No seu doutoramento em antropologia, defendido em 1986, Edward MacRae, empreendeu a “observação participante” sobre o grupo Somos/SP. No texto da tese, publicado inicialmente em 1987, ele não explicita com qual conceito de movimento social e militância política está trabalhando (MacRae, 2018). Talvez isso, juntamente com a sua vinculação ao Somos/SP, explique a sua interpretação dúbia. Ali afirmou que, “desde meados de 1979, têm existido no Brasil, com níveis de atividade variáveis, grupos dedicados a mudar a forma preconceituosa com que são encarados os homossexuais e combater a sua marginalização” (MacRae, 2018, p. 67). E mais adiante que, no ano de 1979, “os aspectos políticos” presentes na subcultura homossexual da Europa e dos EUA estariam “chegando” ao Brasil (2018, pp. 107-109). E essa chegada, meio magicamente, teria feito eclodir grupos dedicados a modificar os modos de visão da homossexualidade, engendrando o movimento homossexual brasileiro.

Ao abordar os periódicos artesanais produzidos por homossexuais, MacRae repete, sem problematizá-la, a afirmação desqualificadora de dois dos seus mais expressivos editores (Anuar Farah e Agildo Guimarães): eram “trabalhos ingênuos” (2018, p. 137). Mais adiante, após “ressaltar as diferenças no estilo da atuação homossexual”, registra que os grupos constituídos em torno dessas publicações “também tiveram uma atuação política embrionária, como a criação da Associação Brasileira de Imprensa Gay, que existiu entre 62 e 64, e que, como diz Farah (*apud* MÍCCOLIS, 1980, pp. 6-7), tinha o ideal de lutar para mostrar ‘que éramos pessoas normais’ (...)”. Na transcrição que faz da entrevista de Farah a Leila Míccolis, MacRae acrescenta que Farah reconhecia que eles, os integrantes da geração anterior ao *Lampião*, também eram vitoriosos, pela visibilidade conquistada, “uma das [suas] maiores contribuições” (MacRae, 2018, p. 139). Mas não problematiza essas visões contraditórias e conclui essa seção de seu livro com a afirmação de Peter Fry, no *Lampião*, defendendo essa imprensa e reconhecendo que “o importante é que ele[s] f[izeram] alguma coisa em prol de sua própria libertação e para a libertação dos outros”.

Ao abrir o capítulo sobre o grupo Somos/SP, MacRae afirma que “a formação de grupos homossexuais não é nenhuma novidade [no Brasil] e vem ocorrendo há muitas décadas”. No entanto, diz ele, o “único objetivo” desses grupos anteriores ao Somos era “a diversão e seus aspectos críticos”; e que eles “se limitavam à bem-humorada paródia dos acontecimentos mundanos da alta sociedade”. No parágrafo imediato, porém, aponta “a grande novidade” deles: “o surgimento de uma nova atitude que, deixando de lado um

certo sentimento de culpa, até então bastante comum mesmo entre os homossexuais mais notórios, passou a reivindicar um espaço de respeitabilidade pública para a homossexualidade” (MacRae, 2018, p. 165). Na página seguinte, sustenta que, “a partir de 1978, começam a surgir grupos de indivíduos dispostos a se declarar como homossexuais em público e que, recusando a pecha de ‘marginais’ ou ‘doentes’, passam a reivindicar o status de ‘discriminados’, procurando alianças políticas com outros setores em situação similar” (MacRae, 2018, p. 166). No parágrafo imediatamente posterior, ele registra que “existem relatos considerados apócrifos por alguns, mas importantes por serem indicadores do surgimento de novas ideias, de duas tentativas de convocação de um Congresso de Homossexuais no Rio de Janeiro em 1976 e 1977”, acrescentando que essa informação lhe foi passada por João Antônio Mascarenhas (2018, p. 166 e n. 1). Também registra as iniciativas do escritor João Silvério Trevisan na criação de “grupo de discussão homossexual”⁶. Mas as trata como “tentativas”, interpretando-as como “pré-história”⁷ e não como experiências efetivamente políticas, ainda que breves, partes integrantes do processo de constituição do movimento homossexual brasileiro.

Na parte final do Epílogo, MacRae conclui: “É inegável a eficácia dos grupos homossexuais em vários sentidos. Talvez, a principal tenha sido a construção de redes de sociabilidade, unindo – e também promovendo – um novo tipo de homossexual, que não é dominado por sentimento de culpa e não se considera doente ou anormal” (2018, p. 368). Como não pesquisou a imprensa alternativa homossexual além dos dois periódicos editados por Anuar Farah e Agildo Guimarães, e não se ateu à discussão sobre ela no próprio *Lampião*, MacRae descuida tanto das ações empreendidas quanto do processo

⁶Uma dessas tentativas ocorreu em algum momento de 1976 e teria durado cerca de três semanas; a outra foi “no fim de 1976”, com “entre cinco e dez” participantes, “durante certo tempo”, para estudar “um artigo sobre machismo”, mas, “depois de algumas semanas, o grupo se dissolveu”. O próprio Trevisan, em seu livro *Devassos no paraíso* (1986), nas entrevistas que concede e recentemente no curso virtual ministrado, diz que teria sido apenas uma experiência antes do Somos. Ele mesmo tende a uma leitura que valoriza apenas as “iniciativas de sucesso”.

Nem MacRae nem Trevisan mencionam que mais pessoas além de Trevisan participaram dessas reuniões e continuaram depois, já com o coletivo que viria a se chamar Somos/SP. Essa informação obtive diretamente de Trevisan, por correspondência eletrônica, durante as pesquisas do doutoramento. Nessa correspondência, embora persistisse na desqualificação de ações efêmeras e de parques ou nenhum resultado público, Trevisan falou sobre dois personagens que teriam participado de ambos os grupos. Apenas um retornou a minha tentativa de contato: o médico sanitário Paulo Roberto Teixeira, de importância singular na política de enfrentamento ao hiv anos depois, inclusive no âmbito na ONU (Rodrigues, 2012, p. 162).

⁷“Afirmação da identidade homossexual: seus períodos e sua importância”, originalmente publicado em TRONCA, I. A. (org.). *Foucault vivo*. Campinas, SP: Pontes, 1987; e republicado em *A Construção da Igualdade – Política e identidade homossexual no Brasil da “abertura”*. Salvador: EdUFBA, 2018, p. 67.

implicado, não podendo reconhecer que esses mesmos atributos estavam presentes nos coletivos que se organizavam em torno daqueles periódicos⁸.

MacRae deixa de considerar que, mesmo entre os integrantes dos Somos/SP, grande era o nível de incertezas e divergências, tendo o grupo permanecido quase um ano em discussões sobre qual deveria ser a sua forma de ação, o seu nome e mesmo se aquela era uma luta política válida⁹ (pp. 170-2, 174-7). E se esquece, também, que quem escrevia e editava os periódicos anteriores a *Lampião* integrava os coletivos informais constituídos em torno deles. Aqueles que apenas buscavam diversão também liam aqueles boletins, inclusive os textos de cunho ativista ali presentes – como, por exemplo, problematizando a estruturação vigente das práticas sexuais; a violência instituinte da masculinidade, que precisa ser sempre atualizada e vigiada; e abordando a necessidade de atuar coletivamente para combater a discriminação (jornal *Baby*, n. 1, fevereiro de 1969, pp. 5, 2 e 6). O autor lê a participação dos homossexuais discutindo em nome próprio, durante a Semana do Movimento da Convergência Socialista, em São Paulo, como ação “antes mesmo da constituição do movimento homossexual”, embora afirme esse evento como tendo sido “a primeira vez em público” que “levantava-se (...) a ideia de que os esforços dos homossexuais para obter um melhor posicionamento dentro da sociedade se inscreviam legitimamente na luta mais ampla por uma sociedade democrática e socialista” e trate tais atores como militantes, logo no início do parágrafo seguinte, ao registrar a existência de “uma certa dificuldade no relacionamento entre militantes da causa negra e da causa homossexual” (MacRae, 2018, p. 170).

James Green

James Green, historiador e também oriundo do mesmo mito fundador, vez que participou do Grupo Somos/SP, é o autor do igualmente clássico *Além do Carnaval – a homossexualidade masculina no Brasil do século XX* (2000). Fruto da pesquisa de doutoramento, seu objetivo visava, nas palavras de Green, demonstrar a existência de uma subcultura homossexual masculina nos centros urbanos do Rio e de São Paulo, tarefa em muito beneficiada pelo trabalho pioneiro realizado por João Silvério Trevisan, no

⁸No artigo inédito *Mitos, problemas e sinais: a imprensa gay, a provisoriedade da história e o ativismo antes de 1978*, examino estes aspectos em detalhes.

⁹Dificuldades mencionadas no manifesto do Grupo Somos//SP, publicado no jornal *Lampião da Esquina*, n.º 12, maio de 1979, p. 2 e mencionadas por Fry em 1982, como já citado.

Devassos no Paraíso, de 1986, já referido. Declaradamente inspirado no trabalho de D'Emílio que, ao que seu título indica, se inspirou na análise de Thompson, Green, em vários momentos do livro, ensaia produzir uma análise do processo de constituição da consciência política. Para ilustrar, cita algumas fontes. Por exemplo, a entrevista concedida por Rogéria (Green, 2000, p. 418) e alguns dos periódicos artesanais da imprensa gay (Green, 2000, p. 253; 297-328; 421-426). Se detém a examinar apenas *Snob* e *Gente Gay*. Demarca o início desse processo como Fry e MacRae: o surgimento da identidade “entendida”. E, mais precisamente, em 1966, nas páginas do artesanal *Snob* (Green, 2000, p. 306). No entanto, no conjunto, sua interpretação do que encontra nas fontes também me parece vacilante. No seu caso, atribuo às dificuldades em alcançar o necessário distanciamento crítico, dada a sua vinculação ao Somos/SP, do que por uma noção subjacente de movimento social que apenas o considere quando dotado de “repertório de ações”. Outro aspecto que me parece problemático é a afirmativa de um evento como sendo o inaugural, sem que fossem realizadas pesquisas com esse objetivo, afirmação também presente em MacRae, como vimos. Vejamos em detalhe.

Na Introdução, Green explicita a problemática de sua pesquisa: mostrar “que “uma subcultura homossexual, semelhante às que floresceram em Nova Iorque e Buenos Aires na virada para o século XX, também existira no Rio de Janeiro e em São Paulo” (2000, p. 33). Ainda na Introdução, algumas páginas adiante, informa que o seu estudo “teve como referência” a sua própria participação “nos acontecimentos em torno da fundação e das atividades do movimento de gays politizados nos anos [19]70” (Green, 2000, p. 38, sublinhei). E diz mais: “Na época em que vivi em São Paulo, de 1977 a 1981, meu papel como ativista e líder da ala progressista do movimento, em seus controversos anos de formação [sic], colocou-me no centro do furacão” (Green, 2000, p. 38, sublinhei). Ou seja, estabelece como fato histórico *a priori* que a fundação do “movimento gay” se deu com o Somos/SP, sem pesquisa que o sustente. E promove uma interpretação das disputas no interior do Somos/SP autocrática e obliterativa do contexto sócio-histórico e das visões políticas de grande parte dos ativistas da geração *Lampião da Esquina* e Somos/SP, tributárias do anarquismo e da geração *beat* e que, como as feministas, entendia o pessoal como político (Facchini, 2005, p. 56-7; Rodrigues, 2012, *passim*; 2006a, *passim*; 2006b, *passim*).

Duas páginas à frente, Green se diz influenciado pela pesquisa de John D'Emilio, em *Sexual politics, sexual communities: The making of a homosexual minority in the*

United States, 1940-1970, que por sua vez revela-se influenciado por E. P. Thompson. Nesse livro, D'Emílio cuida precisamente do processo de constituição de uma minoria homossexual nos EUA entre 1940 e 1970, focando também os ativismos anteriores a Stonewall. Em seguida, Green declara que o seu estudo “começou por um exame das dinâmicas que levaram ao surgimento de um movimento politizado de gays e lésbicas no fim dos anos 70”. Porém, “logo ficou evidente que qualquer análise do ativismo por parte de homossexuais sob a ditadura militar requeria uma investigação mais ampla da formação de complexas subculturas urbanas encadeadas no transcorrer do século XX” (Green, 2000, pp. 39-40). Em função disso, “em vez de tentar abranger um tópico demasiadamente amplo, optei por concentrar-me nas interações eróticas, românticas e sexuais entre os homens” (Green, 2000, p. 40). Como esclarecido pelo historiador numa entrevista em 2021, ele não dispunha das condições ideais para a pesquisa, tendo que dividir o seu tempo com um trabalho paralelo, que lhe garantisse a subsistência, realidade que, infelizmente, acomete vários pesquisadores também no Brasil, o que se reflete no produto final apresentado¹⁰.

É no exame que James faz dessas dinâmicas que se constata a continuidade do seu ir e vir de marcos fundacionais do movimento: – Se na Introdução afirma que o movimento surge no fim dos anos 1970 (Somos/SP), logo em seguida reconhece a necessidade de uma pesquisa mais ampla. Na página 314, fixa o início do MHB em 1976, com o surgimento do artesanal *Gente Gay*, “a primeira de uma onda de novas publicações que marcaram o início de um movimento *politizado* de gays e lésbicas no país” (grifo nosso) – ou seja, o surgimento de *Gente Gay*, em 1976 integra o início do movimento *politizado* de gays e lésbicas, com o que, implicitamente, afirma que todas as ações anteriores não seriam políticas.

Afirma, depois, que “as fundações para a construção de um movimento gay” foram dadas em 1978, com o *Lampião da Esquina* e o Grupo Somos/SP:

Como as feministas, os homossexuais aproveitaram o mesmo ‘espaço de oportunidade’ no intuito de lançar as fundações para a construção de um movimento gay. Em 1978, um pequeno grupo de intelectuais do Rio de Janeiro e de São Paulo fundou o *Lampião da Esquina* (...). Muitos meses depois, um grupo

¹⁰ Caso também da autora, e resultante da lógica produtivista implantada nas instituições de pós-graduação brasileiras, que reduz o prazo de conclusão dos cursos, ao tempo que se reduz o número de bolsas, que além disso são inacessíveis a quem tenha vínculo empregatício.

Entrevista concedida em 2021 aos historiadores Augusta da Silveira e Rhanielly Pereira, em evento da Rede de Historiadorxs LGBTQI (Rede, 2021). Ali, Green também informou não ter lido E. P. Thompson.

de homens em São Paulo formou o Somos, a primeira¹¹ organização pelos direitos gays do país. (Green, 2000, p. 395)

Em nota, Green remete a “diferentes interpretações do movimento gay brasileiro”, entre as quais outros textos dele próprio, o seminal *Devassos no paraíso*, de João Silvério Trevisan (1986), e a pesquisa de MacRae (2018, pp. 395; 437, nota 14). Repete a leitura de Fry e MacRae, de que as modificações “no comportamento sexual e social anteciparam o surgimento de um movimento gay politizado no Brasil – o segundo ponto principal a ser enfocado neste capítulo”– e que esse surgimento “era também resultante da consolidação de uma nova identidade ‘entendida’” (Green, 2000, p. 396).

Mais adiante, ao tratar da imprensa gay artesanal, afirma a disseminação, “por volta da década de 1970”, de uma nova identidade na “subcultura homossexual no Rio de Janeiro e em São Paulo” (a “entendida”), mas remete aos anos 1950 e 1960 o início desse processo (Green, 2000, p. 424). Menciona a importância da imprensa artesanal gay nesse processo, bem como “peças e obras literárias” que discutiam a homossexualidade (Green, 2000, p. 424). Não obstante, conclui demarcando o “surgimento” em fins da década de 1970: “este trabalho termina com o surgimento de um movimento brasileiro pelos direitos de gays e lésbicas no fim dos anos 70” (Green, 2000, p. 454). Para logo em seguida destacar que “algumas publicações no início dos anos 70 conseguiram escrever sobre o ‘Gay Power’ e sugerir caminhos para a organização política de homossexuais” (Green, 2000, p. 455).

Regina Facchini

Outro clássico da literatura sobre o MHB é o livro de Regina Facchini, *Sopa de letrinhas?* (2005), fruto de sua dissertação em antropologia. Graduada em sociologia e política e doutora em ciências sociais, Facchini fez uma “observação participante”, como MacRae. Entre 1997 e 2008, pesquisou o grupo Cidadania, Orgulho, Respeito, Solidariedade e Amor, de Campinas (Corsa) e buscou compreender a dinâmica interna do movimento homossexual (2005, pp. 21-7). Na apresentação do seu tema de pesquisa, ela destaca a produção da identidade como questão central “para a compreensão da dinâmica interna de um movimento social”. Concorda com a sua centralidade para o exame dessa dinâmica e registra que é uma questão presente na pesquisa sobre os chamados

¹¹Parece-me problemático falar em ações inaugurais, sem pesquisa com tal escopo. E dos periódicos artesanais, Green pesquisou apenas *Snob* e *Gente Gay*.

movimentos alternativos ou libertários, como a de MacRae sobre o homossexual (Facchini, 2005, pp. 27; 70-1).

Apoia-se nos três livros analisados acima, a saber, Fry & MacRae; MacRae; e Green, embora comente outros mais, como os de Trevisan e o do historiador Cláudio Roberto da Silva, que trabalha com história oral. Repete a verdade estabelecida do mito fundador: “[o] grupo Somos [é] reconhecido como a primeira organização do movimento homossexual brasileiro” (p. 27); “a fundação do primeiro grupo reconhecido na bibliografia como tendo uma proposta de politização da questão da homossexualidade, o Somos, de São Paulo, ocorreu em 1978”. E esquece de atender para a noção de processo histórico, para as experiências anteriores, ainda que efêmeras, e do lema dos movimentos e estudos libertários de que “o pessoal é político”.

O processo de constituição da consciência e da identidade políticas nos anos de 1960 e início de 1970 é entendido por Facchini como “uma movimentação homossexual (...) inclusive com uma disputa entre identidades (...) e o movimento surge apenas no final dos anos 1970” (Facchini, 2005, p. 92).

Ela não identifica as ações políticas da geração do Somos/SP como movimento social, dada a inexistência de organização formal que os congregasse e desse orientação (Facchini, 2005, p. 25). No entanto, na medida em que os seus participantes assim se reconhecem e são reconhecidos, adota a nomenclatura:

Entendo que o que se convencionou chamar de “movimento homossexual” é um recorte em uma rede de relações sociais, no qual estão presentes indivíduos e organizações da “sociedade civil”, diferenciáveis pelo fato de compartilharem e atuarem com vistas a um mesmo objetivo geral com relação ao tema da “homossexualidade”: a “emancipação” ou a obtenção de “cidadania plena” para “os (as) homossexuais” ou outras identidades sexuais tomadas como sujeito do movimento. Utilizo a ideia de rede de relações porque não há uma organização formal que reúna e oriente a atuação de todos os grupos, ONGS, associações e ativistas independentes que se reconhecem ou são reconhecidos como parte do MHB e porque, apesar da instabilidade dos grupos e da saída ou morte de vários militantes, esse movimento se manteve e atravessou a marca de vinte anos de existência.” (Facchini, 2005, p. 25).

Para ela, “rede” é uma categoria para o exame e a descrição “de processos sociais que envolvem conexões que transpassam os limites do movimento homossexual propriamente dito, ou seja, cumpre o papel de identificar quais os atores que compõem o campo, ainda que não sejam reconhecidos como militantes” (Facchini, 2005, p. 72).

Ao proceder ao debate teórico sobre movimento social e ONGs, a autora menciona a diversidade de classificações e caracterizações presentes nos então vinte anos de estudos

nacionais que tentaram dar conta da extrema variedade nas formas da ação coletiva (diversos objetivos, atores, contextos etc.): “movimentos populares, movimentos sociais urbanos, novos movimentos sociais, movimentos sociais contemporâneos, antigos movimentos sociais, movimentos baseados na luta de classes, movimentos alternativos, movimentos libertários, associações civis, ONGs, redes de movimentos sociais, campos ético-políticos” (Facchini, 2005, p. 47). Ela discorda que no Brasil “conceitos e abordagens” europeus tenham sido simplesmente “importados”, entendendo que eles não teriam sido possíveis de aplicação caso inexistissem condições em nossa realidade sociocultural (Facchini, 2005, p. 49). Menciona as transformações na teoria com a entrada de diferentes atores sociais na Europa pós-1968, trazendo demandas e conflitos não incluídos, exclusiva ou diretamente, na luta de classes, o que fez desmoronar a diferenciação então prevalente, que via como “movimentos políticos” aqueles organizados em torno de partidos políticos e/ou entidades de classe e como “pré-políticas” as ações coletivas que não apresentavam esse modelo de intermediação (Facchini, 2005, p. 49-50). Ao se referir ao surgimento de uma nova nomenclatura associativista, as organizações não governamentais (as associações civis sem fins lucrativos segundo a legislação da época), Facchini faz referência à existência de diferentes datas para o “mito de origem” dessa tipologia – “anos 1970, 1960 e até 1950, conforme o autor e a abordagem” (Facchini, 2005, p. 53).

Recorda que uma das marcas para pontuar as especificidades dos “movimentos alternativos” (aqueles que não guardavam relação necessária com a luta de classe, isto é, o feminista e o homossexual, notadamente) era a noção de que “o pessoal é político” (Facchini, 2005, p. 57). Ideia que funcionou como palavra de ordem, com a qual buscavam demonstrar o quanto as questões tidas como pessoais, privadas (sexualidade, dominação de gênero, organização autoritária e machista da família heterossexual etc.) na verdade eram estabelecidas e estruturadas política e culturalmente. Entretanto, como já destacado, não problematiza o fato de MacRae e Green não aplicarem essa noção em suas análises, embora tenha sido incorporada pelos estudos sobre esses movimentos sociais.

Logo no início do capítulo “Movimento homossexual: recompondo um histórico”, a autora repete o estabelecido: “O movimento homossexual surgiu, no Brasil, no final dos anos 1970, definindo seu projeto de politização da questão da homossexualidade em contraste com as alternativas presentes ‘no gueto’ e em algumas associações existentes no período anterior ao seu surgimento” (Facchini, 2005, p. 88). Argumenta que, “essas associações, apesar de reunirem homossexuais, possuíam uma atuação qualificada pelos

militantes como ‘não politizada’, por estar exclusivamente [*sic*] voltada para a ‘sociabilidade’. Essas primeiras formas de associação de homossexuais” – prossegue – “especialmente o jornal *O Snob* [*sic*] (1963-1969) e a Associação Brasileira de Imprensa Gay (1967-1968), são mencionadas nos trabalhos de MacRae (1985) e Green (1998 e 2000)” (Facchini, 2005, p. 88, sublinhei). E deixa de problematizar o quanto se trata de uma interpretação marcada pela pertença desses autores aos fatos que examinam. Ao destacar o rico material de pesquisa trazido por James Green, ela deixa de comentar que muito dele havia sido apresentado nos pioneiros trabalhos de Trevisan (2000) e de Peter Fry (1982), aqui já referidos.

Sérgio Carrara

Embora seus trabalhos não integrem as publicações consideradas clássicas para o estudo do MHB, Sérgio Carrara, graduado em ciências sociais, mestre e doutor em antropologia, sustenta, em artigo recente, que em 2019 foram comemorados os “40 anos do movimento [homossexual] brasileiro e os 50 anos do movimento internacional” (Carrara, 2019, p. 3). Ele repete que, no Brasil, o movimento começa em 1978 com o Somos/SP, quando se “inicia entre nós a luta contra o preconceito e a discriminação baseados na orientação sexual e na identidade ou expressão de gênero” e, no mundo, com a revolta de Stonewall (Carrara, 2019, p. 3, sublinhei). Tais marcos, que chama “efemérides”, seriam resultados de “escolhas e convenções sociais (...) que definem (...) o que deve ou não ser considerado ‘político’” (Carrara, 2019, p. 3, sublinhei).

Carrara também não pesquisou a imprensa artesanal *entendida*, atendo-se aos fundos do grupo Outra Coisa e Triângulo Rosa, segundo se depreende de suas referências. Tampouco considerou as ações anteriores, fruto da pesquisa de Luiz Morando (2018), apresentadas na minha tese, cuja banca de defesa ele integrou, em 2012. Talvez essa leitura resulte de sua vinculação geracional. Oriundo de família católica praticante, ele relatou o impacto sofrido aos 19 anos, quando ainda era estudante na Unicamp e experimentava as primeiras miradas para fora do armário, ao assistir a marcha promovida pelo Somos/SP contra o delegado Wilson Richetti, na São Paulo de 1978¹².

¹²Em palestra no Seminário Painel Estadual “Diálogos e Respostas Intersetoriais sobre Violência contra a População LGBTI+: Fortalecendo a Rede de Proteção Social no Rio de Janeiro”, promovido pela Aliança Nacional LGBTI+ (ver Aliança, 2020; Carrara 2019).

Conclusão

Como demonstrado, a noção prevalente na literatura sobre os mitos fundacionais do movimento homossexual brasileiro (Grupo Somos/SP, jornais *Snob*, *Gente Gay* e *Lampião da Esquina*) se institui com Fry e MacRae e passa a ser repetida nos trabalhos acadêmicos subsequentes. Entretanto, nenhum deles cuidou de investigar o processo de constituição da consciência política/identidade coletiva, inclusive nos outros periódicos artesanais além do *Gente Gay* e *Snob*. MacRae e Green reconhecem frequentemente, em seus trabalhos, que as transformações que levam ao surgimento do Somos/SP e do *Lampião da Esquina* não podem ser creditadas à mágica incorporação das transformações em curso no exterior, notadamente nos Estados Unidos. Embora em outros momentos dos mesmos textos afirmem o contrário. Esforçam-se por demarcar o Grupo Somos/SP, ao qual são biograficamente vinculados, como mito fundacional por excelência, mesmo quando suas fontes teimam em lhes mostrar o contrário – como, por exemplo, o comentário de Green sobre o periódico mencionado por José Fábio Barbosa da Silva (presente em rede de relações de fins dos anos 1950 em São Paulo): “A publicação refletia um desenvolvimento significativo da organização dessa minoria” (Green, 2000, p. 325, n. 115 *in fine*) e “a ideia de se realizar o Primeiro Congresso de Jornalistas Entendidos” divulgada no *Snob* em 1967 (Green, 2000, p. 308). Ou os registros dos congressos frustrados de homossexuais, durante a ditadura militar, referidos por Edward MacRae. Além de se filiarem à ideia do mito fundacional, trazem subjacente a noção produtivista/utilitarista, oriunda do capitalismo, ao apenas considerar movimento social as ações políticas não efêmeras, as não abortadas, seja pelo sistema de governo, seja pela força mesma da introjeção da estigmatização desencadeada sobre esses atores. Assim, descuidam do processo histórico tanto quanto da subjetividade.

Em sua proposta conceitual para movimentos sociais, Gohn (2008) destaca que se trata de ações políticas construídas por agentes coletivos e articuladas em determinado cenário, criando uma força social; essas ações constroem uma identidade coletiva e se estruturam por meio de repertórios que se instauram a partir de temas e questões conflitivas. Entretanto, em momento algum ela diz ou propõe que somente a partir da sua institucionalização, do momento em que já dispõem de repertórios de ação e agenda bem definida, quando a identidade coletiva já está consolidada, é que devam ser considerados enquanto tal, muito ao contrário. Embora sua proposição não considere expressamente o

esforço adicional colocado para atores alvo de processos de estigmatização, sua formulação e a metodologia proposta deixam clara a importância da dimensão subjetiva na definição da categoria. Apoiando-se em Moore Jr, Castoriadis & Benedict e Thompson, Gohn destaca a presença do aspecto subjetivo ao longo do processo histórico de luta e que a totalidade desse processo é parte integrante de um movimento social.

Nesse sentido, entendo equivocadas as leituras marcadas pela ótica produtivista/utilitarista, que reconhece como movimento social apenas a parte do processo em que o “repertório de ações” foi constituído, desconsiderando o processo histórico e os aspectos subjetivos da ação política.

Prosseguindo naquela lição mencionada no início deste texto, de não apenas tratar dos “vitoriosos”, Becker sugere: “Uma maneira de evitar cair na armadilha das categorias de nosso jargão profissional (dos cientistas sociais) dessa maneira é, exatamente, a descrição maciça e detalhada” (Becker, 2007, p. 117). E, apoiando-me na metodologia proposta por Gohn, na leitura de Certeau para o maio de 1968 francês (1995) e na investigação empreendida por Thompson, proponho uma análise que: (1) contemple o processo histórico; (2) inclua a dimensão subjetiva (e, nela, examine o esforço para superar a inferiorização introjetada, como mostrou Thompson (2020, p. 18); (3) considere as etapas e desafios da construção do repertório de ações e da força social, como recomenda Certeau (1995); (4) reconheça o conjunto do processo histórico como “parte constitutiva da formação de um movimento social” (Gohn, 2008., p. 250); e, finalmente, (5) integre as ações “fracassadas” ao processo, como ensinam Becker e Thompson.

Se a construção da identidade da classe operária precisou, primeiro, se haver com a introjeção da noção desqualificadora de que os operários não teriam a prerrogativa de demandar por seus direitos – um processo complexo e longo –, por que a constituição da consciência política de pessoas historicamente esmagadas pela ideia de que seriam doentes, imorais, criminosas e pecadoras, ocorreria num tempo curto e/ou supostamente por meio da incorporação automática da experiência estadunidense?

Referências

ALIANÇA Nacional LGBTI+. Seminário Painel Estadual Diálogos e Respostas Intersetoriais sobre Violência contra a População LGBTI+: Fortalecendo a Rede de Proteção Social no Rio de Janeiro. 25 de setembro de 2020 (atividade exclusiva para inscritos, via Google Meet). Anúncio: <https://aliancagbti.org.br/2020/09/10/seminario-painel-estadual-dialogos-e-respostas-intersetoriais->

sobre-violencia-contra-a-populacao-lgbti-fortalecendo-a-rede-de-protecao-social-no-rio-de-janeiro/.

BECKER, Howard S. *Segredos e truques da pesquisa*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2007.

BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Fernando Tomaz. 4. ed. Rio de Janeiro: Bertrand, 2001

———. *Razões práticas: sobre a teoria da ação*. 6. ed. São Paulo: Papirus, 2005

———. *A distinção: crítica social do julgamento*. São Paulo: Edusp, 2007

BURKE, Peter. *História e teoria social*. São Paulo: Unesp, 2002.

CARRARA, Sérgio. (2019). O movimento LGBTI no Brasil, reflexões prospectivas. *Revista Eletrônica de Comunicação, Informação e Inovação em Saúde*, 13(3). Doi: <https://doi.org/10.29397/reciis.v13i3.1866>.

CERTEAU, Michel. *La toma de la palabra y otros escritos políticos*. Cidade do México: Universidad Iberoamericana, 1995.

CERTEAU, Michel. A operação historiográfica. In: *A Escrita da história*. Tradução: Maria de Lurdes Menezes. Rio de Janeiro: Forense, 2017, pp. 45-111.

COLAÇO, Rita. *Uma conversa informal sobre homossexualismo*. Rio de Janeiro: da autora, 1984.

DOIMO, Ana Maria. *A Vez e a voz do popular: movimentos sociais e participação política no Brasil pós 70*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará: Anpocs, 1995.

FACCHINI, Regina. *Sopa de letrinhas?: Movimento homossexual e produção de identidades coletivas nos anos 90*. Rio de Janeiro: Garamond, 2005.

FERREIRA, Vinícius. Por uma história cultural da imprensa homossexual. In: RÊGO, Ana Regina et al. (orgs.). *Os desafios da pesquisa em história da comunicação: entre a historicidade e as lacunas da historiografia*. Porto Alegre: EdiPUCRS, 2019, pp. 405-439.

FRY, Peter, e MACRAE, Edward. *O que é homossexualidade*. Coleção Primeiros Passos, n. 81. São Paulo: Brasiliense, 1983.

FRY, Peter. Da hierarquia à igualdade: a construção histórica da homossexualidade no Brasil. In: *Para inglês ver*. Rio de Janeiro: Zahar, 1982, pp. 87-115.

GOFFMAN, Erving. *Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada*, 4ª ed. Rio de Janeiro: LTC, 1988.

GOHN, Maria da Glória. *Teoria dos movimentos sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos*. São Paulo: Edições Loyola, 2008.

GREEN, James N. *Além do Carnaval – A homossexualidade masculina no Brasil do século XX*. São Paulo: Unesp, 2000.

Jornal Lampião da Esquina, n. 12, maio 1979, p. 2.

Jornal Baby, n. 1, fevereiro de 1969, pp. 5, 2 e 6.

MACRAE, Edward. *A Construção da igualdade – Política e identidade homossexual no Brasil da “abertura”*. Salvador: EdUFBA, 2018.

MÍCCOLIS, Leila. “Snob”, “Le Femme”... Os bons tempos da imprensa guei. In: *Jornal Lampião da Esquina*, n. 28, setembro de 1980, pp. 6-7.

MORANDO, Luiz. Vestígios de protoativismo LGBTQIA em Belo Horizonte (1950-1996). *REBEH*, v. 1, n. 4, out. dez., 2018. DOI: 10.31560/2595-3206.2018.4.9190. Disponível em: <https://periodicoscientificos.ufmt.br/ojs/index.php/rebeh/article/view/9190>.

REDE historiadorxs LGBTQI. Memórias pioneiras. James N. Green. YouTube. 24 de maio de 2021. Disponível em: <https://youtu.be/EHHv0TBtAK8>. Acesso: 24/05/2021.

REIS, José Carlos. *O desafio historiográfico*. Rio de Janeiro: FGV, 2010.

RODRIGUES, Rita C. C. *Dez voltas ao redor do sol: a emergência do homossexual como sujeito político*. Exame de qualificação (Doutorado em Política Social). Universidade Federal Fluminense (UFF), Niterói, 2006a.

———. *Poder, gênero, resistência, proteção social e memória: aspectos da socialização de “gays” e “lésbicas” em torno de um reservado em São João de Meriti, no início da década de 1980*. Dissertação (Mestrado em Política Social) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2006b. Disponível em: <<http://lakh.unm.edu/handle/10229/20691?show=full>>.

———. *De Daniele a Chrysóstomo: quando travestis, bonecas e homossexuais entram em cena*. (tese). Programa de Pós-Graduação em História Social. ICHF, Universidade Federal Fluminense (UFF), Niterói, 2012. Disponível em: <<http://www.historia.uff.br/stricto/td/1437.pdf>>.

———. *GAAG Duque de Caxias: a emergência de um ativismo homossexual em terras fluminenses*. GREEN, James; QUINALHA, Renan; CAETANO, Márcio; e FERNANDES, Marisa (orgs.). *História do Movimento LGBT no Brasil*. São Paulo: Alameda, 2018, pp. 177-192.

———. *Mitos, problemas e sinais: a imprensa gay, a provisoriedade da história e o ativismo antes de 1978*. Inédito.

THIRY-CHERQUES, Hermano Roberto. Pierre Bourdieu: a teoria na prática. *In Rev. Adm. Pública*, Rio de Janeiro, v. 40, n. 1, Feb. 2006. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S0034-76122006000100003>. Acesso em 19/10/2012.

THOMPSON, E. P. *A formação da classe operária inglesa*. Vol. 1: A árvore da liberdade. Rio de Janeiro / São Paulo: Paz e Terra, 2020.

TREVISAN, João Silvério. *Devassos no Paraíso*. São Paulo: Max Limonad, 1986.

DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE CONFLITO DE INTERESSES

Eu, RITA DE CASSIA COLAÇO-RODRIGUES, autora responsável pela submissão do manuscrito intitulado **Mitos, categorias e cristais – revisitando os clássicos do movimento homossexual brasileiro** declaro que NÃO POSSUO, CONFLITO DE INTERESSES de qualquer ordem (pessoal, comercial, acadêmico, político, financeiro etc.), em relação ao manuscrito acima referido.

Rio de Janeiro, 05 de agosto de 2022.

Rita de Cassia Colaço-Rodrigues

Este preprint foi submetido sob as seguintes condições:

- Os autores declaram que estão cientes que são os únicos responsáveis pelo conteúdo do preprint e que o depósito no SciELO Preprints não significa nenhum compromisso de parte do SciELO, exceto sua preservação e disseminação.
- Os autores declaram que os necessários Termos de Consentimento Livre e Esclarecido de participantes ou pacientes na pesquisa foram obtidos e estão descritos no manuscrito, quando aplicável.
- Os autores declaram que a elaboração do manuscrito seguiu as normas éticas de comunicação científica.
- Os autores declaram que os dados, aplicativos e outros conteúdos subjacentes ao manuscrito estão referenciados.
- O manuscrito depositado está no formato PDF.
- Os autores declaram que a pesquisa que deu origem ao manuscrito seguiu as boas práticas éticas e que as necessárias aprovações de comitês de ética de pesquisa, quando aplicável, estão descritas no manuscrito.
- Os autores declaram que uma vez que um manuscrito é postado no servidor SciELO Preprints, o mesmo só poderá ser retirado mediante pedido à Secretaria Editorial do SciELO Preprints, que afixará um aviso de retratação no seu lugar.
- Os autores concordam que o manuscrito aprovado será disponibilizado sob licença [Creative Commons CC-BY](#).
- O autor submissor declara que as contribuições de todos os autores e declaração de conflito de interesses estão incluídas de maneira explícita e em seções específicas do manuscrito.
- Os autores declaram que o manuscrito não foi depositado e/ou disponibilizado previamente em outro servidor de preprints ou publicado em um periódico.
- Caso o manuscrito esteja em processo de avaliação ou sendo preparado para publicação mas ainda não publicado por um periódico, os autores declaram que receberam autorização do periódico para realizar este depósito.
- O autor submissor declara que todos os autores do manuscrito concordam com a submissão ao SciELO Preprints.